



Duas concepções de enunciação¹

José Luiz Fiorin²

Resumo: Greimas, ao elaborar a noção de percurso gerativo do sentido, para explicar as abstrações realizadas no ato de ler um texto, toma de Benveniste o conceito de enunciação como instância de mediação, mas reelabora-o. Uma instância é um conjunto de categorias que cria um domínio teórico e, por conseguinte, um domínio de análise. Este trabalho tem o objetivo de expor as razões epistemológicas que levaram Greimas a dar à enunciação um determinado lugar no percurso gerativo e de mostrar o alcance do conceito greimasiano de enunciação, ou seja, as categorias e operações compreendidas por ele. Em seguida, apresenta as modificações aportadas ao conceito greimasiano pela semiótica tensiva e discute a possibilidade ou não de conciliar os dois modelos.

Palavras-Chave: mediação; percurso gerativo; enunciação enunciada; práxis enunciativa; colocação em presença; predicação.

¹ DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.172329>.

Este texto, com exceção do último parágrafo, foi publicado originalmente em inglês na revista *Semiotica*, v. 219, 2017, p. 257-271.

² Professor Associado (aposentado) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). SP, Brasil. Endereço para correspondência: jolufi@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0721-7192>.

1. O conceito de enunciação em Greimas

A Semiótica cujos fundamentos foram estabelecidos por Greimas tem por objeto o estudo da produção e da interpretação do discurso, manifestado por qualquer plano de expressão. Para Greimas, o discurso é tanto da ordem do sistema quanto da do acontecimento e, “como tal, submetido à história” (1973, p. 52-53). O sistema é constituído de invariantes, ou seja, generalizações semânticas feitas por uma dada cultura, tidas por universais. Essas generalizações são concretizadas variavelmente no processo discursivo, que é da ordem do acontecimento.

Apresenta-se aqui um problema teórico: como se passa da virtualidade do sistema à realização discursiva. É a mesma questão enfrentada por Benveniste com relação à dicotomia saussuriana língua/fala. Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1969), não se ocupa da mediação entre a língua e a fala. Como nota Benveniste, há uma distinção entre a língua e seu “exercício”, pois cada uma dessas instâncias tem diferentes estatutos de realidade: o exercício da linguagem não é simplesmente uma virtualidade, como é a língua (Benveniste, 1976, p. 288). O que permite a passagem do virtual ao realizado é a enunciação, que é a “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1974, p. 80) e que, portanto, é a instância de mediação entre a língua e o discurso. Uma instância é um conjunto de categorias que cria um dado domínio. Assim, essa instância de mediação é o conjunto de categorias que permite a passagem da língua para fala. Essas categorias constituem o que Benveniste vai chamar o aparelho formal da enunciação, que engloba a pessoa, o espaço e o tempo (Benveniste, 1974, p. 79-88). Portanto, a enunciação é a instância do *ego, hic et nunc*, porque, nela, alguém, num espaço e num tempo criados pela linguagem, toma a palavra e, ao fazê-lo, institui-se como “eu” e dirige-se a outrem, que é instaurado como um “tu”. A noção de aparelho formal da enunciação não significa que todas as grandezas linguísticas não estejam submetidas à ordem da enunciação. Com efeito, Benveniste diz que, a partir da perspectiva da enunciação, podem, por exemplo, ser analisadas as formas complexas do discurso (1974, p. 88).

Ao dar estatuto científico ao exercício da linguagem, Benveniste institui, de fato, um novo objeto para a Linguística, o discurso (1976, p. 283). Com ele, a língua é inserida na vida social, na cultura e na história.

Greimas cria o conceito de percurso gerativo de sentido (Greimas; Courtés, 1979, p. 157-160) como um meio de descrever o fato de o discurso ser da ordem da estrutura e do acontecimento. O nível fundamental e o nível narrativo constituiriam o sistema, que teria um modo de existência semiótica, que se definiria referindo-se tanto ao conceito de *langue* (Saussure), quanto ao de competência (Chomsky) (Greimas; Courtés, 1979, p. 159). As grandezas desses

níveis seriam do domínio da virtualidade. Já o nível discursivo seria o exercício das virtualidades. Na passagem dos níveis mais profundos para o nível discursivo é que Greimas situa a enunciação (Greimas; Courtés, 1979, p. 160). Observe-se que ela é, como em Benveniste, uma instância de mediação (Greimas; Courtés, 1979, p. 126). No entanto, não se trata mais de uma mediação entre a língua e o discurso, mas da atualização do espaço das virtualidades semióticas, composto pelas estruturas semionarrativas. Dessa forma, Greimas dá um estatuto discursivo ao conceito de enunciação. A enunciação produz o enunciado, que, no quadro da Semiótica, deve ser pensado não em sua dimensão frástica, mas como “todo encadeamento sintagmático que transcende, ultrapassa as dimensões da frase e que compreende, portanto, o discurso” (Greimas, 1975, p. 9). O enunciado é “aquilo que é dito ou escrito, aquilo que é comunicado” (Greimas, 1975, p. 9). Se a enunciação é a instância constitutiva do enunciado, ela é a “instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)” (Greimas; Courtés, 1979, p. 126). O enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebido como o “estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas” (Greimas; Courtés, 1979, p. 123). Considerando dessa forma enunciação e enunciado, este comporta frequentemente elementos que remetem à instância de enunciação: de um lado, pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais, em síntese, elementos cuja eliminação produz os chamados textos enuncivos, isto é, os que tendem a apagar as marcas de enunciação; de outro, termos que descrevem a enunciação, enunciados e reportados no enunciado (Greimas; Courtés, 1979, p. 124).

A enunciação opõe-se ao enunciado. Entretanto, ela contém a estrutura de um enunciado elementar: um sujeito, um predicado e um objeto (Greimas, 1975, p. 10). Em “Eu digo que estou muito ocupado”, o sujeito “eu” e o predicado “digo” pertencem à enunciação, enquanto o objeto “estou muito ocupado” é o enunciado. No entanto, é preciso considerar que, no enunciado acima, a enunciação está enunciada. Ora, só se pode falar em enunciação, em sentido estrito, quando ela não está enunciada. Portanto, para Greimas, a enunciação é “um enunciado cujo único actante manifestado é o enunciado” (1975, p. 10). Se a enunciação não é manifestada, como se pode saber alguma coisa a respeito dela? A resposta de Greimas é que, como a enunciação possui a estrutura do enunciado, conhecendo um de seus elementos, podemos “logicamente pressupor a existência dos outros” (1975, p. 10). São esses outros componentes do enunciado que constituem a enunciação.

O sujeito da enunciação é, portanto, um sujeito discursivo e não um sujeito ontológico. Não é um ser do mundo, mas um ser da linguagem. Greimas, com grande cuidado metodológico, seguindo Saussure, não admite a existência de um referente exterior à linguagem nos estudos semióticos. Para ele, “o discurso, o

texto na medida em que é manifestado, é a única realidade de que se ocupa a linguística” (1975, p. 11). Isso não significa que a linguística afirma que outras realidades não existam; quer dizer apenas que a linguística adota um ponto de vista imanente em sua abordagem da linguagem. De outras realidades encarregam-se outras ciências, como a psicologia ou a sociologia. Essa exigência metodológica da imanência não deriva, como se disse numa acusação vulgar à semiótica, do desejo de esvaziar a linguagem da história, mas do fato de que a ordem da linguagem é diversa da ordem do mundo, uma vez que a linguagem não fala apenas do que existe, mas fala também do que nunca existiu. Isso pode ser expresso na bela formulação do poeta Manoel de Barros (1998, p. 77):

Depois veio a ordem das coisas e as pedras
têm que rolar seu destino de pedra para o resto
dos tempos.
Só as palavras não foram castigadas com
a ordem natural das coisas.
As palavras continuam com seus deslimites.

O conjunto enunciativo que engloba todas as marcas de enunciação disseminados no texto-objeto deve ser visto como uma totalidade estrutural. Esse processo enunciativo colocado no interior do enunciado não é a enunciação propriamente dita, cujo modo de existência é ser o pressuposto lógico do enunciado, mas é a *enunciação enunciada*. Teríamos, assim, dois conjuntos no texto-objeto: a *enunciação enunciada*, que é o conjunto de marcas, identificáveis no texto, que remetem à instância de enunciação; o *enunciado enunciado*, que é a sequência enunciada desprovida de marcas de enunciação (Courtés, 1989, p. 48). Comparem-se, por exemplo: “Eu acredito que a Terra gira em torno do Sol” e “A Terra gira em torno do Sol”. Esses dois modos de enunciar criam o que Greimas denominou camuflagem subjetivante e camuflagem objetivante (1983, p. 110), que produzem efeitos, respectivamente, de subjetividade e de objetividade. Por isso, a enunciação é também o lugar da veridicção (Greimas, 1975, p. 20). Quando alguém diz “O Sol é uma estrela”, ao não enunciar a enunciação, cria um efeito de verdade. Não está expressando um ponto de vista pessoal, o que faria se dissesse: “Penso que o Sol é uma estrela”. Ao criar a camuflagem objetivante é como se o enunciador deixasse os fatos relatarem-se a si mesmos. Portanto, ao mesmo tempo em que faz saber que o Sol é uma estrela, também está dizendo que a proposição é verdadeira. Estabelecem-se assim contratos enunciativos, que levam a decodificar discursos como verdadeiros, ficcionais, etc.

O enunciador é, por definição, sempre pressuposto. Isso quer dizer que o eu projetado no interior do texto não é da mesma ordem que o eu pressuposto. Assim, Greimas vai estabelecer uma hierarquia enunciativa, composta de três níveis. O primeiro nível da enunciação tem como actantes o enunciador e o

enunciatório. Esse nível é o da enunciação considerada como o quadro implícito e logicamente pressuposto pela própria existência do enunciado (Greimas; Courtés, 1979, p. 125). Esses actantes são o autor e o leitor implícitos, seres de papel e não seres do mundo. O enunciatório, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso. O enunciador produz o texto para uma imagem de leitor, que determina as diferentes escolhas enunciativas, conscientes ou inconscientes, presentes no enunciado. Ao colocar o enunciatório como uma das instâncias do sujeito da enunciação, Greimas quer ressaltar seu papel de coenunciador. Com efeito, a imagem do enunciatório constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciador. Por isso, como dizem Greimas e Courtés, o termo "sujeito da enunciação", empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, recobre de fato as duas posições actanciais, a do enunciador e a do enunciatório (1979, p. 125). Essa concepção de sujeito da enunciação resulta do fato de que, para Greimas, a enunciação é intersubjetiva, posição com que não concordam Fontanille e Zilberberg (2001, p. 202), para quem não há correferência e, portanto, intersubjetividade na concepção greimasiana de enunciação. O segundo nível da hierarquia enunciativa é o do destinador e do destinatário instalados no enunciado. Trata-se, nesse caso, dos actantes da enunciação enunciada. São chamados narrador e narratário. São sujeitos diretamente delegados do enunciador e do enunciatório (Greimas; Courtés, 1979, p. 242). O terceiro nível da hierarquia enunciativa instala-se, quando o narrador dá voz a um actante do enunciado. Surgem actantes de enunciação que, num simulacro de diálogo, falam em discurso direto. Como este é um simulacro da estrutura da comunicação criado no interior do discurso, pressupõe os dois actantes da comunicação, o destinador e o destinatário, que, nesse nível, são chamados interlocutor e interlocutário (Greimas; Courtés, 1979, p. 81).

Quando se fala em *eu* e *tu*, faz-se referência a actantes da enunciação, ou seja, a posições dentro da cena enunciativa, aquele que fala e aquele com quem se fala. No entanto, nos diferentes textos, essas posições são concretizadas e esses actantes tornam-se atores da enunciação. O ator é uma concretização temático-figurativa do actante. Não temos nenhuma dificuldade em considerar narrador, narratário, interlocutor e interlocutário como seres criados textualmente. Entretanto, a tendência ao empirismo leva-nos a pensar o enunciador e o enunciatório como seres do mundo real. No entanto, enfatizamos que, Greimas e Courtés (1979), com base no princípio da pertinência, mostram que esses actantes da enunciação não são seres de carne e osso, mas uma imagem produzida pelo discurso:

Do ponto de vista da produção do discurso, poder-se-á distinguir o sujeito da enunciação, que é um actante implícito, logicamente pressuposto pela existência do enunciado, do ator da enunciação:

neste caso, o ator será, por exemplo, “Baudelaire”, na medida em que ele se define pela totalidade de seus discursos. (Greimas; Courtés, 1979, p. 8)

O enunciador e o enunciatário não se confundem com o narrador e o narratário. Quando analisamos uma obra singular, podemos definir os traços do narrador; quando estudamos a obra inteira de um autor é que podemos apreender os traços dos atores enunciador e enunciatário. Assim também, num texto singular, constrói-se a imagem do narratário, seja ele explícito ou implícito, enquanto numa totalidade discursiva, recortada para os fins da análise, constrói-se a imagem do enunciatário. Essa distinção remete à possibilidade de uma diferença entre as duas imagens. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis (1979, p. 583) mostra-nos essa distinção com absoluta clareza:

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse; eu não tenho o que fazer; e, realmente, expedir alguns magros capítulos para esse mundo sempre é tarefa que distrai um pouco da eternidade. Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e meu estilo são como ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem...

Temos, no texto acima, um narrador e um narratário explícitos. A imagem do narratário é determinada pelo narrador: um leitor comum de romances, que aprecia a narração direta e nutrida, ou seja, as peripécias, e um estilo regular e fluente. O narratário é um leitor dos romances românticos e realistas, em que havia uma linearidade narrativa e não digressões e comentários do narrador. No entanto, se tomarmos a obra inteira de Machado e não essa intervenção pontual do narrador, vamos observar que a imagem do enunciatário, criada pelo fato de que, na obra machadiana, mais importante que o narrado é a narração, é diferente da desse narratário: é um leitor sofisticado, que não se contenta com as narrativas feitas até então e que se encanta com a intervenção do narrador a invadir o narrado e a tomar-lhe o lugar.

Para Greimas, na enunciação, o falante realiza três operações: a debreagem, a embreagem e a convocação.

A debreagem é o mecanismo de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado. É uma operação pela qual a instância da enunciação projeta fora dela as categorias ligadas a sua estrutura de base (a pessoa, o tempo e o espaço) para constituir os elementos sobre os quais se assenta o enunciado-discurso.

Dessa forma, ela povoa o enunciado de pessoas, temporaliza-o e espacializa-o (Greimas; Courtés, 1979, p. 79-82).

A embreagem é o efeito de retorno à instância de enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre dois termos das categorias de pessoa ou de espaço ou de tempo (Greimas; Courtés, 1979, p. 119-121). Nessa operação, neutralizam-se as diferenças constitutivas dessas categorias, o que leva à utilização de uma pessoa com valor de outra, de um marcador de espaço com sentido de outro ou de um tempo com significado de outro.

A última operação é a convocação (Greimas; Fontanille, 1993, p. 12-13), que é o chamamento em discurso, é o processo de discursivização de qualquer grandeza semionarrativa disponível. A enunciação convoca as possibilidades ausentes e torna-as presentes. Dessa forma, a enunciação não só discursiviza as categorias que compõem o chamado aparelho formal da enunciação, mas também as grandezas manifestadas pela tematização e pela figurativização. O ato de dizer também manifesta as relações entre enunciador e enunciatário, pondo em uso uma sintaxe bastante complexa: “por exemplo, as relações entre inferior e superior, as relações entre homem e mulher, as relações entre o que é conhecido e o que é estranho” (Greimas, 1975, p. 22). Essa sintaxe é extremamente complicada, já que diferentes variáveis podem estar presentes na relação entre enunciador e enunciatário: por exemplo, a mulher a que o homem se dirige é mais velha ou mais nova que ele, é alguém de sua família ou uma estranha e assim sucessivamente (Greimas, 1975, p. 22). Para Greimas, o texto é o lugar, por excelência, da gramática sociossemiótica da comunicação, pois, na comunicação, não nos endereçamos “a uma personagem em carne e osso, a um sujeito ontológico, mas a uma construção lógica de um papel” (1975, p. 22).

Aqui se desvela o fundamento epistemológico da semiótica e, por conseguinte, do conceito de enunciação em Greimas, resumido numa fórmula, que deu origem a uma série de mal-entendidos da parte dos críticos da semiótica: “Fora do texto, não há salvação” (1975, p. 22). Greimas foi acusado de não levar em conta as condições de produção do discurso, de esvaziar o texto de sua historicidade. No entanto, essa acusação deriva de uma leitura apressada e malfeita da tirada espirituosa de Greimas. Ele próprio explica o que quer dizer: “Tudo o que se pode extrapolar vem do texto. É por isso que insisto na enunciação enunciada, portanto já existente. Só se pode falar de coisas a partir do texto, daquelas que se encontram no texto” (1975, p. 22). Greimas tem uma concepção radicalmente antimetafísica da enunciação. Não é que, para ele, não exista uma enunciação real. A questão é que só se pode falar dessa enunciação real porque ela é projetada no interior dos textos, criando um simulacro metodológico que permite falar dos processos e das operações enunciativas. A enunciação real só pode ser analisada por pressuposição lógica: “Porque a enunciação tem a faculdade de ser enunciada, pode-se dizer o que é a enunciação

não enunciada, implícita, e é nesse sentido que se pode falar de uma gramática sociosemiótica, porque a reconhecemos nos textos” (Greimas, 1975, p. 22). Assim, como diz Coquet, "a enunciação é sempre, por definição, enunciação enunciada" (1983, p. 14). Greimas segue uma longa tradição de linguistas e filósofos para os quais a relação do homem com o mundo nunca é feita diretamente, mas é sempre mediada pela linguagem. Postular um estudo da enunciação real, fora do texto, seria operar com um referente externo, o que está totalmente excluído da epistemologia adotada por Greimas. Por outro lado, sendo o discurso da ordem do acontecimento, é histórico. No entanto, essa historicidade não é apreendida, contando anedotas a respeito da situação de enunciação, mas sim no interior do texto: “É a enunciação enunciada que se pode descrever sob a forma de modelo e que possibilita estabelecer modelos de previsibilidade para estudar as linguagens de conotação” (Greimas, 1975, p. 23). É o enunciado que revela o que se deseja saber sobre a linguagem, sobre o mundo, sobre a história, dado que o discurso é um simulacro da ação do homem no mundo, de seu engajamento na história, de suas faculdades, entre as quais avulta a da linguagem (Greimas, 1975, p. 24-25). Esse é um limite que não se pode ultrapassar; e Greimas explica mais uma vez sua afirmação de que fora do texto não há salvação: “Todo o texto, nada senão o texto, nada fora do texto” (1975, p. 25).

2. A semiótica tensiva

Uma das tendências da semiótica pós-greimasiana é a chamada semiótica tensiva, que busca construir um modelo para descrever os fenômenos contínuos, diretamente associados ao universo sensível. Depois da importância que o modelo greimasiano deu à descontinuidade, busca-se dar lugar à continuidade, à gradualidade. Os principais elementos descritivos propostos por Greimas dizem respeito à descontinuidade: quadrado semiótico, esquema narrativo, percurso gerativo do sentido, modalidades, debreagem, embreagem, etc. Greimas (1973), ao discutir o edifício de uma semântica estrutural, diz:

A única forma de focalizar, atualmente, o problema da significação consiste em afirmar a existência de descontinuidades, no plano da percepção, e dos espaços diferenciais (como o fez Lévi-Strauss), criadores de significação, sem se preocupar com a natureza das diferenças percebidas. (Greimas, 1973, p. 27)

A semiótica tensiva tem por objetivo analisar as grandezas dinâmicas e instáveis. Por isso, o que é pertinente nessa orientação da semiótica é a direção da continuidade, ou seja, o aumento e a diminuição. Por essa razão, dá-se um espaço particular ao aspecto, que não é senão “a análise do devir ascendente ou descendente de uma intensidade” (Zilberberg, 2006, p. 167). Se se fala em devir, leva-se em conta a velocidade, o andamento. Com efeito, uma semiótica dos

acontecimentos deve mostrar o papel relevante dos andamentos não só no sistema, mas também no processo. Todas as grandezas linguísticas analisam-se em termos de intensidade e de extensão. Tensividade é a categoria semântica que engloba essas duas dimensões, essas duas dinâmicas distintas. A primeira é o lugar da afetividade, dos estados de alma, do sensível; a segunda, o dos estados de coisas, do inteligível (Zilberberg, 2006, p. 167). Essas duas articulações da tensividade constituem valências e a associação de uma valência intensiva com uma extensiva produz o valor. A intensidade, por sua vez, articula-se em duas subdimensões: o andamento e a tonicidade; a extensão, também em duas: a temporalidade e a espacialidade. A intensidade concerne à força, à energia presente numa grandeza, enquanto a extensão diz respeito à dimensão do campo controlado pela intensidade no tempo e no espaço. A sintaxe intensiva opera com o aumento e a diminuição, enquanto a extensiva com a triagem e a mistura.

Essas duas valências concordam ou discordam, isto é, mantêm relações conversas (quanto mais... mais; quanto menos... menos) ou inversas (quanto mais... menos; quanto menos... mais). O produto do andamento e da tonicidade é um valor de impacto, ou seja, da superlatividade; o resultado da maior expansão no espaço com a maior extensão no tempo é um valor de universo, uma universalidade. Entre os valores de impacto, de absoluto, e valores de universo existem tanto relações conversas como inversas. Se elas forem conversas, a um aumento dos valores de absoluto corresponde uma ampliação dos valores de universo e a mesma coisa ocorre com a diminuição; se elas forem inversas, a um arrefecimento dos valores de absoluto equivale um acréscimo dos valores de universo e assim sucessivamente.

Há, na semiótica tensiva, um duplo deslocamento: das estruturas para as operações e os atos, conduzindo a uma “sintaxe geral das operações discursivas”, considerando-se “o universo da significação mais como uma práxis do que como um amontoado estável de formas cristalizadas”: das oposições discretas para as diferenças graduais e tensivas, levando a uma “semântica das tensões e das gradações” (Fontanille, 2007, p. 25).

Esses elementos teóricos levaram a uma análise dos aspectos sensíveis do discurso, a um reconhecimento da importância da concessão na articulação do sentido e à identificação do papel do acontecimento no agenciamento do sentido.

A continuidade é discursivizada. No entanto, no domínio da teoria, ela pertence, de fato, ao domínio das pré-condições do sentido, dado que, se a descontinuidade é uma condição da emergência da significação, ela requer que, anteriormente, haja uma continuidade de que ela surge.

2.1. O conceito de enunciação na semiótica tensiva

Muito se tem discutido, ao menos no Brasil, se a semiótica tensiva é uma ruptura ou uma continuidade em relação ao modelo proposto por Greimas, denominado, de forma um tanto pejorativa, semiótica *standard* ou semiótica clássica. A questão é se é possível ou não compatibilizar os dois modelos, ou seja, se eles podem ou não ser usados conjuntamente. Os que defendem sua conciliação dizem que eles tratam de aspectos complementares da significação. Enquanto a semiótica “clássica” aborda a questão da descontinuidade, do valor, da oposição, da diferença, a semiótica tensiva trata da continuidade, da valência, da tensividade, da complexidade, da dependência. Essa leitura da complementaridade da semiótica “clássica” e da semiótica tensiva é sedutora, pois ela daria condições de aplicabilidade muito grande à teoria, dado que continuidade e descontinuidade estariam previstas na explicação do processo de geração do sentido. Resta ver se essa hipótese tem validade. É a questão da enunciação que permitirá compatibilizar ou não essas duas orientações da semiótica, porque a enunciação é um conceito-chave para que o percurso gerativo de sentido seja um modelo harmônico e coeso, de forma que sua alteração pode pôr em questão esse simulacro da produção e da compreensão do sentido.

Em *Tensão e significação*, Fontanille e Zilberberg afirmam que a semiótica não estudou a “enunciação propriamente dita”, ou seja, “as operações inerentes ao ato do discurso”, porque considerava que “só a enunciação enunciada era semioticamente reconhecível” (2001, p. 173). Eles declaram que “já é tempo de enfrentar o desafio” (p. 173). Começam, nesse ponto, a demarcar-se do projeto greimasiano, pois, para Greimas, só era possível falar da “enunciação propriamente dita” por pressuposição lógica, ou seja, só se podia examiná-la, porque ela se enunciava. Dessa forma, a diferença entre enunciação propriamente dita e enunciação enunciada em Greimas só ganha sentido, quando se verifica que cada uma delas tem um modo de existência particular. O modo de existência da primeira é “de ser o pressuposto lógico do enunciado”; o da segunda é de ser o “simulacro imitando, dentro do discurso, o fazer enunciativo” (Greimas; Courtés, 1979, p. 128). Assim, não haveria diferença de natureza entre a enunciação propriamente dita e a enunciação enunciada, mas apenas uma distinção de nível entre elas. Greimas pretendeu fazer uma gramática do texto e não uma ontologia da linguagem. Ao pretender enfrentar o desafio de estudar a enunciação propriamente dita, a semiótica tensiva começa a afastar-se dos pressupostos epistemológicos de Greimas.

Os discursos comportam duas ordens de grandezas: as fixadas pelo sistema e as estabelecidas pelo uso. Para explicar essa copresença de elementos com diferentes estatutos, Fontanille e Zilberberg (2001) desenvolvem o conceito de *práxis enunciativa* (p. 173-174). Há duas ordens de restrições que determinam

a enunciação: de um lado, o sistema da língua; de outro, os limites, de caráter sociocultural, “impostos pelos hábitos, pelas ritualizações, pelos esquemas, pelos gêneros, pela fraseologia” (Bertrand, 2003, p. 87), pelos discursos sociais, etc. A enunciação individual não se realiza independentemente das “enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível” (p. 87). Ela apropria-se delas. Os usos sedimentados, resultantes da história, determinam todo ato de linguagem. O enunciador, no momento da enunciação, convoca, atualiza, repete, reitera um “já dado” (discursos, gêneros, modos de dizer, etc.), mas também o revoga, recusa-o, renova-o e transforma-o. Há um domínio do impessoal que rege a enunciação individual. É preciso ficar claro, no entanto, que, muitas vezes, a enunciação individual insurge-se contra esses modos de dizer sedimentados, dando lugar a práticas inovadoras, que criam significações inéditas. Esses enunciados, assumidos, por sua vez, pela prática coletiva, podem consolidar-se em novos usos, que, por sua vez, podem ser eliminados (Bertrand, 2003).

A práxis regula, na sincronia e na diacronia, as grandezas utilizadas pelo discurso. Essa regulação compreende uma dimensão intersubjetiva, pois, sem o compartilhamento, a reiteração de um dado uso não passa de pura e simples idiosincrasia. A adoção ou rejeição de usos inovadores ou cristalizados e a criação dos cânones ocorrem na troca social, na circulação dos discursos (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 181).

A práxis alterna duas direções: do ponto de vista do sujeito, o unipessoal (concentrado) e o omni-pessoal (difuso); do ponto de vista do objeto manipulado por ele, a única ocorrência e a multiplicidade de uso. Ademais, a dimensão da extensão associa-se à da intensidade e, por conseguinte, a frequência de um uso não pode ser dissociada de seu impacto forte ou fraco. A aceitação intersubjetiva leva à recorrência de uma forma; sua difusão torna-a estável. Nesse caso, há uma relação inversa entre intensidade e extensão. No entanto, a recorrência pode dessemantizar a forma, corroer seu valor. É o caso em que o étimo de uma palavra se perde para a consciência do falante ou o conteúdo trópico de um lexema ou de uma expressão é esquecido. Ninguém se lembra mais da origem de um lexema como *denegrir*; não se percebe o valor metafórico de qualquer catacrese. Nesses casos, há uma correlação inversa entre extensão e intensidade (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 181-182).

As operações da práxis em relação inversa entre intensidade e extensão são a amplificação e a atenuação (mais intenso e mais extenso; menos intenso e menos extenso). Em relação inversa são a resolução (ou o desdobramento) e a somação (mais intenso e menos extenso; menos intenso e mais extenso) (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 182). Na amplificação, há uma forma que tem um alto impacto e uma grande difusão, ela é adotada e integrada. Na atenuação, há uma forma que é reconhecida, mas não tem qualquer impacto, e vai tornando-se obsoleta. Assim, a uma diminuição da intensidade corresponde uma redução

da extensão. Na resolução, uma forma tem um diminuição da intensidade e isso está correlacionado a uma grande extensão de uso. É a operação de desgaste e cristalização das grandezas linguísticas ou discursivas. É quando já não se percebem todas as implicações do sentido de certas formas. A somação é o aumento da intensidade de uma forma por meio de um uso bem restrito, pouco extenso, o que significa que se ressemantiza o que tinha perdido o impacto pela grande difusão (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 182-183).

Na diacronia, sucedem-se práxis enunciativas em que a uma relação conversa segue uma correlação inversa ou o contrário. Nesses casos, por exemplo, desenterram-se e fazem-se reconhecer formas obsoletas ou desusadas, que recebem um novo brilho por sua raridade, ou uma forma desgasta-se ou desaparece por difusão (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 183).

Na práxis enunciativa as formas emergem, aparecem, declinam, desaparecem. As duas primeiras são operações ascendentes; as últimas, operações decadentes (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 187).

A práxis enunciativa produz taxionomias conotativas, que são recortes da macrossemiótica do mundo natural, próprias de uma área ou de uma época. Essas taxionomias, por seu turno, são “constituídas de microssemióticas, linguísticas ou não, nas quais cada termo, em razão dos laços de dependência e diferença que o unem aos demais, conota a filiação a um universo cultural particular” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 190-191).

O conceito de práxis enunciativa explica a circulação das grandezas linguísticas, que têm diferentes modos de existência. Seus produtos podem ser virtuais (estruturas e categorias que constituem o sistema); atualizados (primeira ativação-seleção de grandezas convocadas em discurso); potencializados (os praxemas), realizados (ocorrências em discurso) (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 174-175). As operações da práxis enunciativa, seja as ascendentes, seja as decadentes, atuam levando as grandezas de um modo de presença a outro: do atualizado ao realizado, do potencializado ao virtualizado, do virtualizado ao realizado e assim sucessivamente. Só se pode apreender a práxis “quando ela tensiona dois modos de existência” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 177-178).

Que é efetivamente a enunciação no interior da práxis enunciativa? Fontanille e Zilberberg esclarecem que o ponto de vista que adotam é o das operações e não o das “formas depositadas”. Por isso, para eles, a enunciação é um conjunto de operações (2001, p. 1999). Quais operações? Pois, para Greimas também a enunciação era um conjunto de operações, a debreagem, a embreagem e a convocação. Em Greimas, as operações eram uma instância de mediação entre o virtual (estrutura fundamental e estrutura narrativa) e o realizado (estrutura discursiva), o que quer dizer a instância de passagem da estrutura para o

acontecimento discursivo. Na semiótica tensiva, as operações podem ser ascendentes (passagem do virtual ao atualizado ou do atualizado ao realizado), mas também decadentes (passagem do realizado ao potencializado e do potencializado ao virtualizado). Isso significa que a enunciação deixa de ser uma instância de mediação entre o sistema discursivo e seu exercício, mas é responsável também pela constituição do sistema, uma vez que as virtualidades são geradas por ela.

Estamos bem longe da concepção greimasiana de enunciação. Se se pensa em termos de percurso gerativo, a enunciação opera em todos os níveis, permitindo a passagem de um a outro. No entanto, ela atua não só no sentido ascendente, em que “as formas são convocadas visando à manifestação” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 185), mas também na direção descendente, em que “as formas são implicitadas, estocadas na memória, ou até mesmo apagadas e esquecidas” (p. 186). Se elas operassem apenas no sentido ascendente, poder-se-ia dizer que a enunciação seria a conversão de um nível a outro. No entanto, como atuam também na direção descendente, ela não pode ser reduzida a uma mediação de um nível a outro. Ela é também responsável pela emergência, a esquematização e a modificação do sistema. Em Greimas, as estruturas fundamentais e narrativas constituem um aquém da enunciação. Na semiótica tensiva, não há aquém da enunciação, pois todos os modos de existência estão sujeitos a ela. Talvez se pudesse dizer que, na semiótica tensiva, a práxis enunciativa promove a conversão de um modo de existência a outro. No entanto, aí estaríamos muito longe do conceito de conversão proposto por Greimas, que só faz sentido no interior do percurso gerativo (Greimas; Courtés, 1979, p. 71-72).

Em *Semiótica do discurso* (2007), Fontanille dedica um capítulo a tornar mais preciso o conceito de enunciação (p. 27). Ela é inicialmente definida como a colocação em presença: “Enunciar é tornar algo presente com a ajuda da linguagem” (p. 97). A presença deve ser entendida como “propriedade mínima de uma instância do discurso, da qual a dêixis é a realização linguística mais corrente, mas que pode ser apreendida para além da morfologia linguística da dêixis e do verbo” (Fontanille, 1999, p. 233³). A enunciação é identificada com a predicação: “A predicação é uma propriedade intrínseca da enunciação e permite lançar luz sobre a especificidade dos atos de enunciação, sobre o pano de fundo dos atos de linguagem em sentido amplo” (Fontanille, 2007, p. 268). Há dois níveis de predicação: primeiramente, a enunciação realiza uma asserção, por meio da qual “um enunciado advém à presença”. A asserção “é o ato pelo qual a instância do discurso ‘faz ser’ e ‘torna presente’” (p. 269). Em seguida, ocorre uma assunção,

³ Tradução nossa para o trecho original: “La présence est la propriété minimale d’une instance de discours dont la deixis est la réalisation linguistique la plus courante, mais qui peut être saisie bien au-delà de la morphologie linguistique de la deixis et du verbe.”

que é “o ato pelo qual a instância do discurso faz conhecer sua posição em relação ao que advém em seu campo” (Fontanille, 2007, p. 269). Os “dois níveis de predicação” são “atos metadiscursivos”, pois “a enunciação é não o próprio ato de linguagem, mas a propriedade da linguagem que consiste em manifestar essa atividade” (p. 270). A enunciação é uma práxis, que não se confunde com a práxis semiótica *lato sensu*, pois “ela apenas diz respeito àquilo que concerne à presença”, seja do enunciado, seja da instância do discurso (p. 271). A práxis convoca grandezas discursivas e, ao assumi-las, “atribui-lhes graus de intensidade e certa quantidade” (p. 271). Ainda segundo o autor citado, “ela recupera formas esquematizadas pelo uso, estereótipos ou estruturas cristalizadas, reproduzindo-as ou dando-lhes novas significações” (p. 271); cria novas formas e estruturas. A substância da práxis “consiste essencialmente nas duas grandes dimensões da presença, a intensidade e a extensão” (p. 272).

A práxis “não é a origem primeira do discurso” (Fontanille, 2007, p. 273), pois ela “pressupõe algo diferente da atividade discursiva” (p. 273). Por outro lado, “o sistema também não pode ser considerado como a origem do discurso” (p. 271), pois ele é “o produto esquematizado dos usos e, conseqüentemente, da acumulação da práxis” (p. 271). A enunciação “não se limita a explorar o sistema em estoque, mas contribui para remodelá-lo e colocá-lo em devir” (p. 273). Isso supõe que se vá além de uma concepção individual da enunciação, pois ela só pode agir sobre o sistema, se ela for entendida como atividade coletiva. A práxis pressupõe, portanto, não um sistema, mas “uma história das práxis, dos usos, que seriam práxis anteriores assumidas por uma coletividade e estocadas na memória” (p. 272).

Conclusão

Fontanille e Zilberberg afirmam, no prólogo de *Tensão e significação*, que seu livro não “pretende substituir a semiótica clássica, de onde provém”, mas busca “situá-la e situar-se como uma das semióticas possíveis no seio de uma semiótica geral ainda por construir” (2001, p. 9). O percurso gerativo só tem sentido, se se entender que o processo de discursivização é a passagem da estrutura ao acontecimento. No entanto, para isso, é preciso que se considere que a enunciação é a instância de mediação entre o sistema e o discurso. Dessa forma, o sistema é a origem do discurso, não importando se ele é ou não constituído de usos. Essa questão não é relevante para o modelo greimasiano, porque o que importa é que o falante possui um conjunto de grandezas linguísticas a sua disposição no momento de enunciar.

Da mesma forma, para o conceito de *langue* em Saussure não era pertinente saber se ela era ou não resultante do uso, pois o que ele pretendia responder, com seu conceito, é o que permite o exercício da linguagem. Greimas também pretende explicar quais são as grandezas que modelam o discurso social

e individual. No momento em que a enunciação deixa de ser uma instância de mediação e passa a ser a colocação em presença, deixa de haver um aquém da enunciação e, por conseguinte, o percurso gerativo não tem mais, no interior da teoria, a funcionalidade que lhe dava coerência e harmonia.

A diferença do conceito de enunciação torna incompatíveis os dois modelos. A semiótica tensiva vê-se como uma semiótica do discurso que opera com “conglomerados”, ou seja, “dispositivos que associam grandezas heterogêneas, cuja coerência não é fornecida pelo percurso gerativo” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 13). Sem levar em conta o percurso gerativo e o lugar que nele ocupa a enunciação, os dois modelos não apresentam compatibilidade possível.

Alguns trabalhos têm procurado mostrar essa compatibilidade, usando dois conceitos de enunciação distintos, colocação em presença e instância de mediação entre a estrutura e o acontecimento (cf. por exemplo Mancini, 2019, p. 64-87). Esse arranjo põe os dois modelos juntos, mas não os compatibiliza, pois cada conceito de enunciação vem de um quadro teórico distinto e, por isso, se se observar os diferentes princípios teóricos sobre os quais se assentam, não se tem compatibilidade. Nesse caso, o que se faz é desprezar os princípios teóricos de, ao menos, um dos modelos. Ademais, em ciência, não se usa um termo para referir-se a dois conceitos distintos. Afinal, o vocabulário científico não pode ser ambíguo, denotando diferentes fatos ao mesmo tempo. Ele deve ser preciso e apresentar um efeito claro de objetividade, o que não acontece se os termos não se referem a um só conceito. Essa debilidade metalinguística despreza um dos objetivos da semiótica: a elaboração de uma metalinguagem científica, que é uma linguagem formal, com todas as exigências que isso impõe. ●

Referências

- BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974, vol. 2.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1976, vol. 1.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.
- COQUET, Jean-Claude. L'implicite de l'énonciation. *Langages*, n. 70, 1989. p. 9-14.
- COURTES, Joseph. *Sémantique de l'énoncé: applications pratiques*. Paris: Hachette, 1989.
- FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique et littérature*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas, 2001.

- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien. L'énonciation: une posture épistémologique. *Significação. Revista Brasileira de Semiótica*, n. 2, 1975. p. 9-25.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTES, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I.
- MANCINI, Renata. "A enunciação tensiva em diálogo". *Estudos semióticos*, vol. 14 (edição especial). São Paulo: USP, 2019. p. 64-87.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1969.
- ZILBERBERG, Claude. "Síntese da gramática tensiva". *Significação. Revista Brasileira de Semiótica*, n. 25, 2006. p. 163-204

Two concepts of enunciation

 FIORIN, José Luiz

Abstract: In elaborating his notion of generative trajectory of meaning, with the intent to explain the abstractions which take place during the act of reading a text, Greimas borrows Benveniste's original concept of enunciation as an instance of mediation, and reformulates it. An instance is a set of categories, which creates a theoretical domain, hence, an analysis domain. This paper aims at exposing the epistemological reasons, which led Greimas to place enunciation on the way from the semionarrative level to the discursive level of the generative trajectory of meaning, and at showing the scope of the greimasian concept of enunciation, that is, the categories and operations included therein. In addition, it presents the modifications to the greimasian concept suggested by Tensive Semiotics, and discusses the possibility (or not) of conciliating both models.

Keywords: mediation; generative trajectory of meaning; uttered enunciation; enunciative práxis; putting into presence; predication.

Como citar este artigo

FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. *Estudos Semióticos* [on-line]. Volume 16, número 1. Dossiê temático "Semiótica e Psicanálise". São Paulo, julho de 2020, p. 122-137. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. *Estudos Semióticos* [online]. Vol. 16.1. Thematic issue: Semiotics and Psychoanalysis. São Paulo, July 2020, p. 122-137. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 13/03/2020.

Data de aprovação do artigo: 15/04/2020.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

